



Estudos culturais: convergências entre os estudos pós-colonialistas e a análise do discurso na pesquisa social

Cultural studies: convergences between pós-colonialists studies and discourse analysis in social research

Rosângela Tenório de Carvalho

Resumo.

Neste texto, argumentamos em defesa da articulação entre as correntes teóricas e metodológicas pós-colonialismo e a análise do discurso na perspectiva foucaultiana no âmbito dos Estudos Culturais. Entendemos que essa articulação potencializa análises qualitativas nas ciências sociais, ciências humanas e na prática social, especificamente no que se refere às diferentes dinâmicas sociais. Destacamos na teorização pós-colonialista a dinamização e a ressignificação de conceitos, o questionamento das verdades imperiais na cultura dominante em um cenário que se reconhece como sociedade global; e na análise do discurso destacamos o debate sobre as formas de perguntar e orientar a pesquisa a partir das condições de possibilidade dos discursos com vistas a identificar os efeitos de verdade produzidos pelos discursos. Enveredar por este mapa significa ainda poder entender e analisar o discurso nos campos das ciências sociais e humanas como processos históricos em sua descontinuidade como um acontecimento.

Palavras-chave: Estudos culturais; Análise do discurso; Pós-Colonialismo; Pesquisa social; Pesquisa qualitativa.

Abstract.

In this paper, we argued in defense of the articulation between the theoretical and methodological post-colonialism currents and discourse analysis in foucaultean perspective in the context of Cultural Studies. We believe that this coordination enhances qualitative analysis in social sciences, humanities and social practice, specifically with regard to different social dynamics. Considering the postcolonial theories we highlight the dynamization and the resignification of concepts, the questioning of Imperial truths in the dominant culture in a setting that is recognized as a global society; and regarding discourse analysis, the debate on ways to ask and guide the research from the conditions of possibility of speeches aspiring to identify the real effects produced by those speeches. Embarking on this map also means being able to understand and analyze the discourse in the fields of social sciences and Humanities as historical processes and in their discontinuities as an event.

Keywords: Cultural Studies; Discourse analysis; Postcolonialism; Social research; Qualitative research.

1. Introdução

No âmbito do debate da pesquisa nas ciências sociais e ciências humanas, a convergência entre as correntes teóricas e metodológicas pós-colonialismo e análise do discurso no campo dos Estudos Culturais têm contribuído para o impulso a uma forte crítica ao pensamento imperial e as formas de normalização da cultura pela relação cultura e linguagem.

Os Estudos Culturais tal como se reconhece hoje, teve sua expressão publicizada nos textos “As utilizações da Cultura”, de Hoggart; “Cultura e sociedade 1780 – 2950”, de Williams, e “A Formação da classe operária inglesa” de E. Thompson, segundo informa Hall (2003), um dos teóricos dos Estudos Culturais. Hall chama a atenção para a tese contida nesses textos: a cultura, enquanto local de convergência, concentra questões relacionadas a mudanças históricas advindas das modificações econômicas e políticas, isto é, ressalta o potencial da palavra cultura na análise da sociedade. Esses textos representam, em seu conteúdo, o que se reconhece como a vertente culturalista nos Estudos Culturais. Versão que tem nos estudos de Thompson o contraponto ao papel residual da cultura, na medida em que conceitua a cultura como “[...] algo que se entrelaça a todas as práticas sociais; e essas práticas, por sua vez, como uma forma comum de atividade humana [...]” (Hall, 2003: 133- 134).

Em sua análise de sobre os Estudos Culturais, Hall (2003) contempla a entrada de estudos vinculados ao estruturalismo e a contribuição deles para esse campo com o paradigma linguístico. Cita o papel de Lévi-Strauss ao conceituar a cultura: “[...] categorias e quadros de referência linguísticos e de pensamento através dos quais as diferentes sociedades classificam suas condições de existência – sobretudo [...] as relações entre os mundos humano e natural” (Hall, 2003: 146). Apresenta a tensão, no âmbito do paradigma culturalista e do paradigma estruturalista, em relação ao conceito de experiência. Enquanto, para o culturalismo, a experiência é o vivido, para o estruturalismo, a experiência não pode ser o fundamento, pois viver e experimentar só pode acontecer dentro e através de categorias e quadros de referência da cultura (Hall, 2003: 147).

Na abordagem estruturalista, Hall cita a iniciativa que adota o caminho da diferença com realce para o trabalho de Foucault. Afirma então: “Foucault possibilitou um grato retorno à análise concreta de formações ideológicas e discursivas específicas e aos locais de sua elaboração” (Hall, 2003: 156). Vai realçar, porém, as análises a partir da perspectiva da obra de Gramsci e de Laclau pela ênfase à ideologia como um terreno de lutas, revelando a sua afiliação a essa perspectiva: “[...] na minha visão, é a vertente dos Estudos Culturais que tentou pensar partindo dos melhores elementos dos paradigmas culturalista e estruturalista, através de alguns dos conceitos elaborados por Gramsci, a que mais se aproxima das exigências desse campo de estudo” (Hall, 2003: 157).

Há evidentemente uma série de paradigmas ativos (Hall, 2003) em convergência no campo dos Estudos Culturais, e Nelson, Treicheler e Grossberg (1995: 9) apresentam essas convergências de referência ao situarem esse campo como “[...] uma espécie de processo, uma alquimia para produzir conhecimento útil sobre o amplo domínio da cultura humana”. Para os/as autores/as, essa alquimia se aproveita de campo teórico – como o marxismo, o feminismo, a psicanálise, o pós-estruturalismo e o pós-modernismo - na busca de [...] “compreender a transformação social e a mudança cultural” (1995: 34).

Do ponto de vista metodológico, ainda segundo os/as autores/as, [...] não tem nenhuma metodologia exatamente conformada, ou seja, “nenhuma análise estatística, etnometodológica ou textual singular que possam reivindicar como sua. Sua metodologia, ambígua desde o início, pode ser mais bem entendida como uma *bricolage*” (Nelson, Treicheler e Grossberg, 1995: 9).

Tal posicionamento metodológico define a importância da relação entre os problemas de pesquisa e o contexto no qual esses problemas emergem, ao mesmo tempo em que se assume o risco da posição tomada – associação a múltiplos métodos, seja pelas dificuldades em relação à ação dos sujeitos, seja pelo comprometimento com o rigor necessário na produção de conhecimentos. Essas questões têm sido uma das tensões no âmbito dos Métodos Qualitativos (Melucci, 2005). A nosso ver esse problema aguça, instiga o debate no campo da pesquisa qualitativa o que pode ser produtivo para o debate instituído nesse campo.

Nesse texto optamos por dar visibilidade a duas perspectivas teóricas de pesquisa: a análise arqueológica do discurso (Foucault, 1995; 1999) e a análise pós-colonialista (Freire, 1974; Fanon, 1975; Said, 1990; McLaren, 1993; Bhabha, 2001; Lander, 2003; Mignolo, 2008; Carvalho, 2004, 2012). Esses aportes teóricos e metodológicos têm na relação linguagem e cultura uma das estratégias de interpelação sobre a possibilidade de se identificarem elementos das dimensões constitutivas dos saberes e seres modernos.

Melucci (2005), ao tratar da virada epistemológica no campo de pesquisa sociológica, apresenta a linguagem como uma das principais características dessa redefinição epistemológica pelo papel central no conhecimento sociológico. Para o autor não há conhecimento sociológico que não passe através da linguagem situada.

Lembremos com Williams (1992) de sua síntese sobre cultura como um sistema de significação realizado a partir da convergência que buscou com os sentidos antropológico e sociológico de cultura –modos de vida global– e o sentido mais especializado de cultura – atividades artísticas e intelectuais– desde a linguagem, passando pelas artes e filosofia até o jornalismo, moda e publicidade –que agora constituem um campo complexo e necessariamente extenso.

Sob tais referências nas seções que seguem destacamos na teorização pós-colonialista a dinamização e a ressignificação de conceitos, o questionamento das verdades imperiais na cultura dominante em um cenário que se reconhece como sociedade global; e na análise do discurso destacamos o debate sobre as formas de perguntar e orientar a pesquisa a partir das condições de possibilidade dos discursos com vistas a identificar os efeitos de verdade produzidos pelos discursos.

2. A teorização pós- colonial: conceitos básicos para a análise qualitativa

Os estudos pós-colonialistas são reconhecidos por Nelson, Treicheler e Grossberg (1995) em sua importância e tradição no âmbito dos Estudos Culturais, em particular com sua crítica “[...] à construção normalizante e exotizante da cultura e da alteridade, constitutiva da Antropologia tradicional”. Ressaltam os/as autores/as a construção da ideia de uma antropologia pós-disciplinar que implique uma “nova etnografia”. Tal formulação tem provocado tensões e, ao mesmo tempo, chamado a atenção para uma associação com estudos densos, do ponto de vista linguístico, autorreflexivos e especulativos.

A teoria pós-colonial, como região privilegiada do debate acerca das relações sociais e culturais, tem dinamizado e ressignificado conceitos, questionado certezas e verdades imperiais entranhadas na cultura dominante em um cenário que se reconhece como sociedade global (Ianni, 1998; Santos, 1997). Tendo como paradigma o hibridismo cultural e histórico do mundo pós-colonial, esta teorização vem subsidiando estudos, investigações e análises que contemplem as relações de poder entre diferentes nações que englobam a herança econômica, política e cultural da conquista colonial europeia (Silva, 2000). A perspectiva pós-colonial, segundo McLaren (1993: 14), emerge num contexto onde a organização social das lutas discursivas tem privilegiado novas formas de dominar, e, portanto como um espaço para “novas liberdades e recriações de relações de poder”.

Mesmo que reconheçamos que a epistemologia da colonização sofreu transformações significativas, condicionadas por processos sociais, políticos, econômicos e culturais dos séculos mais atuais, em particular a partir do século XIX, com a consolidação dos dispositivos da sociedade disciplinar –como as ciências, a escola–, podemos dizer que há uma epistemologia colonial que, em sua regularidade enunciativa, mantém-se, isto é, está presente nos campos das ciências sociais e das ciências humanas, no âmbito das relações entre saberes, nas formas de inferiorização: dos emigrados do campo para a cidade; das mulheres; dos homens e mulheres de cor; dos homens e mulheres em suas orientações sexuais diferentes do que está autorizado como relações normais; dos povos indígenas e, principalmente, quando o discurso moderno, afirma e reafirma a primazia do discurso do conhecimento universal firmado na concepção eurocêntrica ou americana do norte.

Grande parte dos estudos desenvolvidos na perspectiva pós-colonial está voltada para o campo literário, para a análise de obras escritas do ponto de vista dos dominadores (análise das narrativas que constroem o Outro colonial enquanto objeto de conhecimento e sujeito subalterno) e análise de obras escritas por pessoas pertencentes aos grupos colonizados (análise das narrativas de resistência ao olhar e poder imperial). Os estudos de Frantz Fanon são exemplos relevantes no campo dos estudos pós-coloniais e têm sido referência para diversos estudos. A importância dos estudos de Fanon está mencionada em dois estudos de referência no campo do pós-colonialismo: o estudo de Paulo Freire nos anos 1970, *Pedagogia do Oprimido*, e o estudo de Homi Bhabha, nos anos 2001, *O Local da Cultura*.

Como um dos precursores da problematização da cultura no campo educacional, no Brasil, Freire, ao sistematizar a *Pedagogia do Oprimido* (1974), acolhe argumentos das análises pós-colonialistas de Franz Fanon (*Los Condenados de la Tierra*, 1965) e de Albert Memmi (*The Colonizer and the Colonized*, 1967), ao mesmo tempo em que, ele mesmo, vai desenvolvendo uma reflexão na qual está presente a sua preocupação com os processos de dominação colonial inclusivamente no campo da educação. Essa questão é ampliada e desenvolvida por Freire quando no exílio, e em particular ao assessorar programas educativos em países africanos em processo de reconstrução das suas nacionalidades após longos períodos como colônias europeias.

Homi Bhabha contempla em suas análises, tal como as versões pós-modernas e pós-estruturalistas, indagações sobre as relações de poder e as formas de conhecimento em suas implicações na produção da diferença cultural. Diz Bhabha:

A diferença cultural é um processo bastante complexo de significação através do qual se produzem afirmações a respeito da cultura, as quais, por sua vez, constituem e engendram diferenças, discriminações, ao mesmo tempo em que estão na base da articulação de relações de poder e de práticas sociais muito concretas de institucionalização, de dominação e de resistência (Bhabha, 2001: 5).

Mignolo (2008) entra nesse debate tematizando formas de analisar os vários legados coloniais, principalmente aqueles relacionados ao conhecimento ocidental. Para ele é preciso fazer uma descolonização intelectual que contribua para tensionar a relação teorização e origem geostórica. Nesse sentido questiona as práticas relativas a distribuição do conhecimento que fazem com que algumas teorias viajem e tenham mais alcance que outras. Sua hipótese sobre esta prática é que esteja relacionada com o poder que configura historicamente a geopolítica do conhecimento. Nesse caminho Mignolo se associa a Aníbal Quijano para defender a desobediência epistêmica, no sentido de desprender-se dos vínculos da racionalidade-modernidade com a colonialidade inicialmente e em seguida e em definitivo com todo o poder não constituído na decisão livre de gentes livres.

Ressalta contudo “que afirmar a co-existência do conceito descolonial não será tomado como deslegitimar as idéias críticas européias ou as idéias pós-coloniais fundamentadas em Lacan, Foucault e Derrida” (Mignolo, 2008: 288).

Pelo que está apresentado, de forma sucinta, os *topoi* nos quais a teoria pós-colonialista vem construindo o seu discurso, parecem estar formando um lastro de elementos-chave que podem contribuir de forma substantiva nas análises no campo das ciências sociais e humanas, em particular, nos processos de construção do saber-ser, reconhecidos hoje como processos de construção de subjetividades múltiplas, ou de identidades individuais ou coletivas híbridas.

3. Análise arqueológica do discurso: contributo para a pesquisa qualitativa no campo das ciências sociais e humanas

Nessa seção, pretende-se argumentar em defesa da importância da abordagem arqueológica do discurso de Michel Foucault para a pesquisa qualitativa no campo das ciências sociais e humanas. Os elementos constitutivos dessa análise são: cultura e linguagem, e processos de regulação da linguagem na construção dos objetos de saber-poder-ser. Assume-se, junto com Willinsky (1999), a análise arqueológica do discurso como uma forma de tratar tudo o

que tem sido dito sobre cultura como práticas que formam sistematicamente os objetos de que se fala.

Essa questão está nomeada por Melucci (2005), em sua reflexão sobre pesquisa qualitativa e cultura, ao defender como uma das principais características da redefinição epistemológica na pesquisa social a centralidade da linguagem, isto é, segundo o qual tudo que é dito estende-se a alguém em determinado lugar e, em relação ao conhecimento, não que não há conhecimento em sociológico que não seja viabilizado pela linguagem, pela linguagem situada.

A análise do discurso foucaultiana identificada como “Arqueologia do Saber” está associada à proposição de Foucault em investigar a história dos sistemas de pensamento e, do ponto de vista metodológico, está relacionada à descrição de eventos discursivos. Para Foucault, o método de análise é a arqueologia do saber. Método que não significa um ponto de partida, mas o resultado de um processo, também histórico e baseado no fato de que “para dar conta de um determinado discurso, é indispensável considerá-lo interna e externamente”. Essa análise tem como característica a mobilidade da pesquisa que não aceita se fixar em cânones rígidos e é sempre instruída pelos documentos pesquisados (Machado, 1981: 14). Os objetivos da análise consistem em estabelecer as condições de possibilidade dos discursos e das práticas discursivas e identificar os efeitos de verdade produzidos pelos discursos, inclusive os efeitos produzidos nos processos de constituição dos indivíduos.

Em sua arqueogenealogia (em que trata da questão do sujeito), Foucault trabalha o conceito de governamentalidade, dando ênfase a processos de regulação social, seja na medicina, na educação, na reforma social, na demografia e criminologia (Barker e Galasink, 2001). A noção de governamentalidade relaciona conhecimento e poder: “atende à conexão entre conhecimento e poder que ocorre através da ordenação e da disciplina das regras e dos padrões mediante os quais os indivíduos ‘raciocinam’ sobre eles mesmos e sobre o mundo” (Popkewitz, 2000: 142).

Observa-se na arqueologia de Foucault um caminho metodológico para análise de questões situadas nos lugares e nãolugares onde se dá a ação de normatização da cultura, em particular aquelas questões relacionadas com problemas culturais que emergem em consequência de lutas culturais no final do século XX e início do século XXI.

Pode dizer-se que na base dos estudos de Foucault está o processo de construção de identidades culturais. O próprio autor reconhece que, no seu trabalho trata da questão: “[...] como constituímos diretamente nossa identidade por meio de certas técnicas de si, que se desenvolveram desde a Antiguidade até os nossos dias?” (Foucault, 2004: 302). Dessa forma, tem estudado a maneira como um ser humano constrói sua identidade e, nessa ótica, situa como seus principais problemas: i) Quais são as relações que temos com a verdade por meio do saber científico, quais são nossas relações com esses ‘jogos de verdade’ que são tão importantes na civilização e nos quais somos ao mesmo tempo sujeito e objeto? ii) Quais são as relações que estabelecemos com os outros por meio dessas estranhas estratégias e relações de poder? Por fim, iii) Quais as relações entre verdade, poder e si?

Acrescenta Foucault: “Eu gostaria de terminar com uma pergunta: Que poderia ser mais clássico do que essas perguntas e mais sistemático do que passar da questão um à questão dois e a três para tornar à questão um? É precisamente aqui que estou” (Foucault, 2004: 302). Em síntese, pretendeu com seus estudos chamar atenção para a relação entre mudanças históricas precisas e fatos que se considera familiar, universal.

Ao tematizar questão relativa à produção de subjetividades, Foucault entra no terreno fértil da política e da ética. Nos seus estudos, Foucault apresenta um posicionamento que é eminentemente político em favor dos excluídos, e traz para o debate nos diversos campos do conhecimento questões que estiveram submersas. Textos e narrativas que falam do submundo, textos “sem eira nem beira”, discursos que falam do Outro marginalizado, homogeneizado.

Sob as influências de Bachelard e de Canguilhem, Foucault defende que importa estudar o racionalismo regional. Da epistemologia de Canguilhem retira métodos e conceitos que transfere para o domínio da história (descontinuidade, recorrência, ciência, verdade). Contudo faz uma crítica a epistemologia, pois enquanto arqueologia pretende ser uma crítica da própria ideia de racionalidade e diferente da epistemologia, estabelece inter-relações conceituais ao nível do saber.

Nem privilegia a questão normativa de verdade nem estabelece uma ordem temporal de recorrências a partir da racionalidade científica atual. Realiza uma história dos saberes de onde desaparece qualquer traço de uma história do progresso da razão (Machado, 1981). Em Nietzsche acolhe o método genealógico para examinar como o poder se organizou de modo a engendrar certas práticas discursivas e não discursivas. Sob essa influência tem como objeto de suas análises a racionalidade política moderna, história política dos corpos, história de subjetivação dos indivíduos em nossa cultura e, principalmente, pergunta pelo presente.

Sobre a análise arqueológica que desenvolveu, tem-se colocado que Foucault, na verdade, constrói uma teoria do discurso; teoria explicitada nos seus textos *Arqueologia do Saber* (1995) e *Ordem do Discurso* (aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970 [1999]). Sobre este argumento, Lourenço (1998: 16) diz que “a arqueologia de Foucault se revela como algo mais que uma simple metodologia, mesmo revolucionária. Essa arqueologia é tributária de uma filosofia, ou com mais precisão de uma teoria da Linguagem”. Posta esta questão, é preciso que se considere, ainda, que na proposta foucaultiana está embutida a proposição de não haver separação entre o teórico e o metodológico (Fischer, 1997), o que na verdade torna-se um facilitador para as análises, pois, em Foucault, pode-se acolher referências do seu “método” arqueológico e também referências no que se refere ao conceito chave de discurso.

A arqueologia proposta por Foucault “fala (...) de cortes, de falhas, formas inteiramente novas de positividade e redistribuições súbitas”, uma arqueologia que diferentemente da história “procura soltar todos os fios ligados pela paciência dos historiadores, multiplica as diferenças, baralha as linhas de comunicação (...) não tem por projeto superar as diferenças, mas analisá-las” (1995: 194). Ao mapear o desenvolvimento de sistemas de pensamento ou práticas discursivas, tais como os que constituem as prisões modernas, as instituições mentais, os hospitais, a sexualidade, a economia política e a gramática, Foucault questiona os discursos da sociedade ocidental branca, judaico-cristã e heterossexual como poucos pesquisadores o fizeram (Cherryholmes, 1993).

Nas últimas décadas, têm sido significativas as investigações em diversos campos da teoria social, e em particular na área da educação ancoradas nos seus estudos (a questão do saber e método arqueológico; a questão de poder e a metodologia genealógica; e a questão das tecnologias do Eu relacionadas com ética, poder e subjetivação). De fato, essas investigações têm tematizado com frequência as tecnologias de dominação, questão tratada de forma substantiva por Foucault, ao tempo em que categorias como discurso, poder, vontade de verdade, governamentalidade, biopoder, disciplinaridade, ética são tomadas do autor para analisarem-se processos diversos de subjetivação.

Exemplo ilustrativo dá-se com a categoria discurso, tal como é concebida na análise arqueológica de Foucault, e utilizada no estudo de Said, *Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente* (1990); estudo relevante e de grande impacto no campo das ciências humanas, e em particular na teoria pós-colonialista. Utiliza como método de investigação a proposta de análise arqueológica de Foucault sobre a qual nos diz: “sem examinar o orientalismo como um discurso, não se pode entender a disciplina enormemente sistemática por meio da qual a cultura europeia conseguiu administrar –e até produzir– o Oriente política, sociológica, ideológica, científica e imaginativamente durante o período pós-iluminismo” (Said, 1990: 15).

Afirma Larossa (1994: 52): “o exemplar na análise foucaultiana é essa articulação entre saber e poder em cujo interior se produz o sujeito”.

Outros posicionamentos seguem:

A noção proposta por Foucault de uma arqueologia do homem ocidental moderno como um problema de finitude inextricável de seu conspectivo, seu Outro permite que as afirmações lineares progressistas das ciências sociais –os maiores discursos imperializantes– sejam confrontados por suas próprias limitações históricas (Bhabha, 2001: 60).

Moraes destaca que nos últimos anos de sua vida “interroga certos espaços que nos cercam” identificando o espaço de “heterotopias - lugares que, mesmo sendo localizáveis, se

configuram como um lugar aa parte, constituindo uma espécie de contestação ao mesmo tempo mítica e real do espaço em que vivemos” (Moraes, 2004: 49). Entre esses espaços destaca as prisões, os bordéis (abrigoando os desvios), as bibliotecas e os museus (projetando ideias de uma sociedade), e a imagem de um barco a que melhor revela da heterotopia “espaço flutuante, um lugar sem lugar, que vive por si mesmo, fechado em si e, ao mesmo tempo, lançado ao infinito do mar” (Moraes, 2004: 51).

É reveladora ainda, a possibilidade que a análise arqueológica de Foucault permite quando se trata das questões da cultura e dos processos de subjetivação. A análise arqueológica trouxe uma contribuição tão significativa para a análise das relações entre diferentes culturas como a contribuição do materialismo histórico de Karl Marx para a análise das relações de classe nas sociedades capitalistas. Sobre a contribuição de Foucault no campo da cultura, diz Santos: “Foucault é o grande teorizador da exclusão. Se a desigualdade é um fenômeno sócio-econômico, a exclusão é, sobretudo um fenômeno cultural, um fenômeno da civilização” (1995, 2).

Ainda sobre a contribuição do método arqueológico desenvolvido por Foucault, ressalta Machado (1981) que a riqueza do método arqueológico está em ser um instrumento de análise sobre as ciências do homem capaz de, ao mesmo tempo, neutralizar a questão da cientificidade, sem, no entanto abandonar o rigor e a exigência que permite na sua análise arqueológica estabelecer descontinuidades não epistemológicas, mas arqueológicas, ou seja, situada ao nível dos saberes.

Considerando-se que a análise arqueológica de Foucault é uma história dos discursos, vale a pena reforçar que ela, enquanto história, analisa os processos de construção do discurso, ou seja, faz uma análise desses discursos. Para clarificarmos esta ideia, propomo-nos fazer uma reflexão sobre o que vem a ser a versão foucaultiana de análise do discurso, não exaustiva, mas que possa demarcar as possibilidades e os limites dessa análise de cunho qualitativo no campo da educação.

A partir da tese básica explicitada no seu texto *A Ordem do Discurso*, Foucault defende que “em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (Foucault, 1999: 9). Nessa perspectiva, define que o seu método de análise não seria nem formalizador nem interpretativo. Sobre o método de análise, define quatro princípios: o princípio de inversão, isto é, recorrendo a Foucault, “lá, onde, (...) cremos reconhecer a fonte dos discursos, o princípio de sua expansão e de sua continuidade, nessas figuras que parecem desempenhar um papel positivo como a do autor, da disciplina, da vontade de verdade, é preciso reconhecer, ao contrário, o jogo negativo de um recorte e de uma rarefação do discurso” (1999 :52); o princípio da descontinuidade refere-se ao fato de que “os discursos devem ser tratados como práticas descontínuas, que se cruzam por vezes, mas também se ignoram ou se excluem” (1999: 52-53); o princípio da especificidade, isto é, que “deve-se conceber o discurso como uma violência que fazemos às coisas, como uma prática que lhes impomos em todo o caso; e é nesta prática que os acontecimentos do discurso encontram o princípio de sua regularidade” (1999: 53); o princípio da exterioridade, que aponta para, a partir do próprio discurso, de sua aparição e de sua regularidade, “passar às suas condições externas de possibilidade, àquilo que dá lugar série aleatória desses acontecimentos e fixa suas fronteiras” (1999:53).

Foucault indica também uma questão para ele importante no método de análise do discurso: os procedimentos de exclusão do discurso e, nesse sentido, fala de procedimentos externos (nos quais estão em jogo o poder e o desejo); de procedimentos internos (nos quais estão em jogo o acaso e suas aparições), e das condições de funcionamento dos discursos. Sobre os procedimentos externos, três aspectos são levantados por Foucault (1999): Interdição do tabu do objeto ritual da circunstância (a missa, a aula, o seminário, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala); Oposição razão x loucura/ verdadeiro x falso e Vontade de Verdade (apoia-se sobre um suporte institucional como a pedagogia, o sistema de livros, o laboratório). Os procedimentos internos funcionam a título de princípios de classificação, ordenação e distribuição e referem-se ao Comentário (narrativas maiores que se contam, repetem conforme circunstâncias determinadas), ao Autor (no sentido de função autor) e às Disciplinas (domínio de objetos,

conjuntos de métodos, *corpus* de proposições consideradas verdadeiras, um jogo de regras e de definições, de técnicas).

Esses procedimentos de exclusão, externos e internos, são, na análise de práticas discursivas no campo das ciências sociais e humanas, de importância fundamental para entendermos tanto os cenários de produção do discurso como os efeitos de vontade de verdade e de poder desses discursos.

Foucault refer-se ainda ao acontecimento discursivo e diz que este ocorre desde o momento em que qualquer coisa se solta do mundo anônimo, quando há o murmúrio anônimo e, de repente, dá-se um acontecimento, qualquer coisa que é dita. Na perspectiva desse acontecimento discursivo, Foucault vai dizer que é importante considerar:

Segundo que regras um enunciado foi construído e, segundo que regras outros enunciados semelhantes poderiam ser construídos; como apareceu um determinado enunciado e não outro em seu lugar; determinar as condições de existência de determinado enunciado; fixar seus limites da forma mais justa; estabelecer suas correlações com outros enunciados a que pode estar ligado, mostram outras formas de enunciação excluídas; considerar que um enunciado é sempre um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente; observar a relação entre enunciados; relação entre grupos de enunciados assim estabelecidos; descrever outras unidades; aceitar um recorte provisório; escolher um domínio em que as relações corram o risco de serem numerosas” (Foucault, 1995 : 33).

“Que civilização, aparentemente teria sido mais respeitosa com o discurso que a nossa? Onde teria sido mais e melhor honrado? Onde, aparentemente, teria sido mais radicalmente libertado de suas coerções e universalizado?” São questões que Foucault levanta para logo em seguida dizer que sob essa aparente veneração do discurso há um temor que se quisermos apagá-lo deveremos analisá-los considerando três grupos de funções: questionar a nossa vontade de verdade, restituir ao discurso o seu caráter de acontecimento e suspender a soberania do signifiante (Foucault, 1999 : 50-51).

Um outro aspecto importante nas análises de Foucault (2000) refere-se as relações de poder como uma das categorias essenciais no estudo sobre os processos de subjetivação do sujeito. Nesse sentido, defende a tese de que para se entender em que consistem as relações de poder, torna-se necessário analisar as formas de resistência e os esforços desenvolvidos para se tentar dissociar essas relações, a exemplo de: o poder dos homens em relação às mulheres, dos pais sobre os filhos, da psiquiatria sobre os doentes, da medicina sobre a população. Propõe Foucault que se parta da verificação do que têm em comum essas oposições porque elas são “lutas transversais”, estão em vários países; porque “o fim dessas lutas, é o efeito do poder enquanto tais” no sentido do controle que exercem sobre os corpos, vida e morte dos indivíduos; porque “são lutas imediatas” que estão próximas e independentes, de grandes narrativas de superação; e ainda porque “são lutas que colocam em questão o estatuto do indivíduo”, pois afirmam o direito à diferença e opõem-se ao “governo pela individualização”; e porquanto “lutam contra os privilégios do saber”, ou seja, opõem-se à mistificação nas representações que se impõem às pessoas; e enfim das lutas que estão em torno da questão: “quem somos nós?”, enquanto uma forma de resistir à “inquisição” científica e administrativa que determina a nossa identidade.

Foucault argumenta que:

Por poder parece-me que se deve compreender, em primeiro lugar, a multiplicidade das relações de forças imanentes ao domínio em que se exercem e constitutivas da sua organização; o mecanismo que, por via de lutas e de confrontos incessantes, as transforma, as reforça, as inverte; os apoios que essas relações de força encontram umas nas outras, de maneira a formarem cadeia ou sistema, ou, pelo contrário, os defasamentos, as contradições que as isolam umas das outras; por fim as estratégias em que se efectuam e cujo desenho geral ou cristalização institucional tomam corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais (Foucault, 1994: 95-96).

Em síntese, Foucault explicita o conceito de poder como algo que “exerce-se a partir de um sem-número de pontos e num mecanismo de relações não igualitárias e móveis”; alerta ainda que o poder vem de baixo, ou seja, sobre grupos cada vez mais restritos, negando assim a oposição binária entre os dominadores e os dominados. Foucault traz mais alguns aspectos a serem considerados nas relações de poder: a sua intencionalidade e a sua contingência e a resistência. Sobre esta última, diz que “onde há poder há resistência” e os nexos do poder “não podem existir senão em função de uma multiplicidade de pontos de resistência, que desempenham, nas relações de poder, o papel de adversário, de alvo, de apoio, de pretexto para uma intervenção” (Foucault, 1994: 99).

Para Foucault, é preciso, pois, “analisar as racionalidades específicas mais do que invocar sem fim os progressos da racionalização em geral (...) é necessário remontar a processos muito mais longínquos se queremos compreender através de que mecanismos nós nos encontramos prisioneiros da nossa própria história”. Diz ainda o autor que “este novo modo de investigação consiste em tomar as formas de resistência dos diferentes tipos de poder como ponto de partida. Ou, para utilizar outra metáfora, consiste em utilizar esta resistência como um catalisador químico que permita colocar em evidência as relações de poder, de ver onde elas se inscrevem, de descobrir os seus pontos de aplicação e os métodos que utilizam” (2000:101).

4. Conclusões

Ao encerrar este artigo, observamos a importância de fazermos algumas considerações a guisa de conclusão. O exercício de buscar uma convergência entre práticas analíticas como aquelas desenvolvidas no campo dos estudos pós-coloniais e aquelas sistematizadas nos estudos arqueológicos de Michel Foucault só foi possível por duas razões: a) a recusa com metodologias preestabelecidas e com trajetórias metodológicas fechadas ou reducionistas; b) o reconhecimento de que não há uma unidade homogênea que nos diga o que são essas práticas analíticas no contexto dos Estudos Culturais. No entanto, é possível dizer da singularidade/plural de cada versão analítica aqui apresentada.

Dos estudos pós-colonialistas ressaltamos a problematização das relações sociais e culturais produzidas na experiência da colonização; o foco das análises nas relações de poder implicadas no projeto racionalista eurocêntrico, as ferramentas analíticas para desvelamento da epistemologia colonial que domina o campo social e cultural nos países com experiência de colonizados; a forma de problematizar o cultural e o social e, por fim a conceitualização, ou seja, a reflexão sobre os conceitos que compõem a investigação.

Cabe destacar na arqueologia de Michel Foucault a estratégia de descrição do processo analítico em curso; o seu interesse pela análise da relação entre práticas discursivas e práticas sociais; sua preocupação analítica com os efeitos de verdade produzidos pelo discurso e sua implicações nas subjetividades plurais dos sujeitos.

Desta forma, concluo o artigo dizendo da importância da convergência entre esses dois aportes pela que potenciam na análise de questões que emergem nas sociedades atuais e, portanto, com os objetos da pesquisa qualitativa no campo das ciências sociais e humanas.

5. Referências Bibliográficas

BHABHA, Homi (2001). *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: Autêntica.

BRARKER, Chris. & GALASÍNSKY, Dariusz (2001) *Cultural Studies and Discourse Analysis. A Dialogue on Language and Identity*. London: SAGE Publications Ltd; California: SAGE Publications Inc.; New Delhi SAGE Publications India Pvt Ltd.

CARVALHO, R. T. (2004). *Discursos pela Interculturalidade no Campo Curricular da Educação de Jovens e Adultos no Brasil nos anos 1990*. Recife: NUPEP/UFPE/ Edições Bagaço.

_____ (2012). "O discurso curricular intercultural na educação de jovens e adultos e a produção de subjetividades". *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 38, n. 1, pp. 47-61.

CHERRYHOLMES, C. (1993) "Um Projeto social para o Currículo: perspectivas pós-estruturalistas", en: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.) *Teoria Educacional Crítica em Tempos Pós-Modernos*. Porto Alegre: Artes Médicas, pp. 143 - 172.

FANON, Frantz. (1975) *Pele Negra Máscaras Brancas*. Porto: Paisagem.

FISCHER, R. M. B.(1997) "O estatuto pedagógico da mídia: questões de análise Cultura Mídia e Educação". *Educação e Realidade*, Porto Alegre, Nº. 22 (2), pp. 59-80.

FOUCAULT, Michel (1995) *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

_____ (1999) *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Edições Loyola.

_____ (2000) "O sujeito e o poder". *Cadernos do Noroeste, Sociedade e Cultura*, 1, Série Sociologia, Braga, v. 13, n. 1, pp. 349-370.

_____ (2004). "Verdade, poder e Si Mesmo". En: MOTTA, Manoel Barros da (Org.). *Michel Foucault 1926 - 1984. Ética, Sexualidade, Política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, pp. 294-300.

FREIRE, Paulo (1974) *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

HALL, Stuart (2003) *Da diáspora: Identidades e mediações culturais*. Belo horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil.

IANNI, Otávio (1998) *Teorias da Globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

LANDER, E. (2003) "Ciencias sociales: saberes coloniales y eurocéntricos", en: LANDER, Edgardo (Comp.) *La colonialidad Del saber: eurocentrismo y ciencias sociales*. Buenos Aires: Clacso.

LAROSSA, J. (1994). "Tecnologias do Eu e Educação", en SILVA, Tomaz Tadeu (Org.) *O Sujeito da Educação*. Petrópolis, RJ: Vozes, pp. 35-86.

LOURENÇO, E. (1996) "Foucault ou o Fim do Mundo", en: FOUCAULT, Michel. *As Palavras e As Coisas*. Lisboa: Edições 70.

MACHADO, Roberto(1981). *Ciência e Saber - A trajetória da Arqueologia de Foucault*. Rio de Janeiro: Edições Graal.

MCLAREN, P. (1993) "Pós-Modernismo, Pós-Colonialismo e Pedagogia", en: SILVA, Tomaz Tadeu (Org) *Teoria Educacional Crítica em Tempos Pós-Modernos*. Porto Alegre: Artes Médicas, pp. 9-40.

MELUCCI, Alberto (2005). *Por uma sociologia reflexiva. Pesquisa qualitativa e cultura*. Petrópolis: RJ: Vozes.

MIGNOLO, W. (2008) “Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política”. *Cadernos de Letras da UFF*. N°. 34, pp. 287-324.

MORAES, E. R. (2004) “A Palavra Insensata”. *Revista Cult*, Vol. 81, pp. 49-52.

NELSON, C.; TREICHLER, A. & GROSSBERG, L. (1995) “Estudos Culturais: Uma introdução”, en: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.) *Alienígenas na sala de Aula*. Petrópolis, RJ: Vozes, pp. 7-34.

POPKEWITZ, T. S. (2000) “Reforma, conhecimento pedagógico e administração social da individualidade: a educação escolar como efeito de poder”, en: IMBERNÓN, Francisco, *A Educação no Século XXI. Os desafios do futuro imediato*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul.

SAID, Edward W. (1990) *Orientalismo. O Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras.

SANTOS, Boaventura de Souza (1997). *Pela Mão de Alice*. São Paulo: Cortez.

_____ (1995) “Construção Multicultural da Igualdade e da Diferença”, *Palestra no VII Congresso Brasileiro de Sociologia*, UFRJ (policopiado).

SILVA, Tomaz Tadeu (2000) *Documentos de Identidade, Uma introdução às Teorias do Currículo*. Belo Horizonte: Autêntica.

WILLIAMS, Raymond (1992). *Cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

WILLIAMS, J. (1999). “Currículo, Depois da Cultura”, en: SILVA, L. H. (Org.). *Qual conhecimento? Qual Currículo?* Rio de Janeiro: Petrópolis: Vozes.

Autora.

Rosângela Tenório de Carvalho

Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco, Brasil.

Doutora em Ciências da Educação. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco, Brasil.

E-mail: rosangelatc@gmail.com

Citado.

TENÓRIO DE CARVALHO, Rosângela (2014) “Estudos culturais: convergências entre os estudos pós-colonialistas e a análise do discurso na pesquisa social”. *Revista Latinoamericana de Metodología de la Investigación Social - ReLMIS*. N°7. Año 4. Abril-Septiembre 2014. Argentina. Estudios Sociológicos Editora. ISSN 1853-6190. Pp. 19-29. Disponible en: <http://www.relmis.com.ar/ojs/index.php/relmis/article/view/89>

Plazos.

Recibido: 18 / 08 / 2013. Aceptado: 11 / 03 / 2014.